

1



1

**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO**

2

3

4

5

6

7

**CONSELHO DE**

8

**RELAÇÕES DO TRABALHO**

9

10

**4ª REUNIÃO**

11

12

13

14

Brasília, 20 de setembro de 2011

15

2



16

17

## MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

18

19

## CONSELHO DE RELAÇÕES DO TRABALHO

20

21

### 4ª REUNIÃO – 20/09/2011

22 **Data:** 20 de setembro de 2011

23 **Horário:** 14h30

24 **Local:** Ministério do Trabalho e Emprego, Edifício Sede, Sala nº 433

25

26 **Participantes:** Fábio Borges de Abreu (GM), Paulo Eduardo Cabral Furtado (GM), Paulo Roberto dos  
27 Santos Pinto (SE), Luiz Eduardo Lemos da Conceição (SE), Rodolfo Peres Torelly (SPPE), Roberto  
28 Marinho Alves da Silva (SENAES), Vera Lúcia Ribeiro de Albuquerque (SIT), Zilmara David de  
29 Alencar (SRT), Eudes da Silva Carneiro (SRT), André Luis Grandizoli (SRT), Antônio Fernandes dos  
30 Santos Neto (CGTB), Pascoal Carneiro (CTB), Joilson Antônio Cardoso do Nascimento (CTB),  
31 Manoel Messias Nascimento Melo (CUT), Clemente Ganz Lucio (CUT), Pedro Armengol de Souza  
32 (CUT), Danilo Pereira da Silva (FS), Hamilton Dias de Moura (NCST), Wilson Pereira (NCTS),  
33 Francisco Canindé Pegado do Nascimento (UGT), Cristiano Barreto Zaranza (CNA), Renato de  
34 Oliveira Rodrigues (CNC), Reinaldo Felisberto Damacena (CNOOP), Adauto de Oliveira Duarte  
35 (CNI), Alexandre Venzon Zanetti (CNS), Lucimar Coutinho (CNT), Adriana Giuntini (CNT), Plínio  
36 Gustavo Sarti (CNTUR), Sylvia Lorena Teixeira de Sousa e Pablo Rolim Carneiro.

37

38

39 Aos vinte dias do mês de setembro de dois mil e onze teve início a 4ª Reunião do Conselho de Relações  
40 do Trabalho. **01. ABERTURA:** O senhor Paulo Roberto dos Santos Pinto declarou aberta a reunião,  
41 cumprimentando a todos. **ITEM 02 – LEITURA E APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO**  
42 **OCCORRIDA EM 19/07/2011:** O senhor Paulo Roberto dos Santos Pintos indagou se havia alguma  
43 observação com relação à ata da reunião anterior. Em não havendo, a referida ata foi considerada  
44 aprovada. **ITEM 03 – INSTALAÇÃO DAS CÂMARAS BIPARTITES E ELEIÇÃO DOS**

45**PRESIDENTES E COORDENADORES:** A senhora Zilmara David de Alencar informou que a  
46Câmara Bipartite Trabalhadores/Governo fora instalada no dia anterior, a saber, dezoito de setembro  
47de dois mil e onze. Acrescentou que a Câmara Bipartite Empregadores/Governo ainda não fora  
48devidamente instalada, pois aguardava a manifestação da bancada patronal. O senhor Eudes da Silva  
49Carneiro informou que as indicações para essa câmara haviam sido feitas, contudo, estavam  
50aguardando contato da bancada patronal para definição da data de instalação. O senhor Renato  
51Rodrigues comprometeu-se comunicar a data ao Ministério do Trabalho e Emprego. O senhor Manoel  
52Messias Nascimento Melo lembrou que na reunião de instalação da Câmara Bipartite  
53Trabalhadores/Governo ficara pendente o estabelecimento da data da próxima reunião e, portanto,  
54apresentou proposta de que a mesma se realizasse no dia trinta e um de outubro do corrente ano. No  
55que se refere à Câmara dos Servidores, disse que ainda não houvera definição da presidência, mas,  
56propunha que a mesma fosse instalada nesse mesmo período, visando facilitar o deslocamento das  
57centrais. **ITEM 04 – COTAS PARA APRENDIZES – Indicação dos membros, instalação do GT e**  
58**definição de calendário:** O senhor Eudes da Silva Carneiro informou que a Secretaria já havia  
59recebido as indicações e, portanto, definiria a data de instalação e o início dos trabalhos. Contudo,  
60lembrou a existência de um Grupo de Trabalho Interministerial, composto pelos Ministérios do  
61Trabalho e Emprego e da Educação, cujos trabalhos tiveram início na semana anterior. Diante disso,  
62informou sobre duas possibilidades, aguardar os resultados dos trabalhos do grupo interministerial já  
63instalado, ou dar sequência aos trabalhos do GT, em paralelo. A senhora Paula informou que, em  
64relação às cotas para aprendizes, fora publicada em onze de agosto de dois mil e onze a Portaria  
65número um mil, seiscentos e quarenta e dois, que criava grupo de trabalho temático para elaborar  
66diretrizes dos programas de aprendizagem nos setores de conservação e limpeza, transporte e  
67vigilância. Disse que o referido grupo de trabalho era composto pelo Ministério do Trabalho e  
68Emprego, Ministério da Educação e representantes dos Serviços Nacionais de Aprendizagem. Que o  
69grupo tivera uma primeira reunião no dia doze de outubro do corrente ano, onde se definira a criação de  
70subgrupos, de acordo com as atividades econômicas específicas, ou seja, o subgrupo do setor de  
71vigilância, o subgrupo do setor de conservação e limpeza e o subgrupo do setor de transporte. No  
72sentido de evitar a existência de vários espaços de discussão sobre o mesmo assunto dentro do  
73Ministério do Trabalho e Emprego, embora o grupo não tivesse em sua composição entidades patronais  
74e laborais, fora solicitado ao Ministério do Trabalho e Emprego que entrasse em contato com as  
75entidades e solicitasse indicação de representantes nos subgrupos. O senhor Manoel Messias  
76Nascimento Melo solicitou prazo para que fossem feitas as indicações, mas, adiantou que para o  
77subgrupo de vigilância a representação seria da CUT como titular e a CTB como suplente, para o

78subgrupo do transporte, seria a Nova Central Sindical como titular e a CGTB como suplente. E para o  
79subgrupo de conservação e limpeza, seria a UGT como titular e a Força Sindical como suplente. E  
80manifestou-se pela continuidade do GT, no âmbito do Conselho de Relações do Trabalho, em paralelo  
81ao Grupo Interministerial já constituído. O senhor Renato Rodrigues manifestou-se no mesmo sentido e  
82solicitou um prazo de vinte dias para indicação de seus representantes. Foi, então, decidido que a  
83instalação do Grupo de Trabalho sobre Cotas para Aprendizizes teria sua reunião de instalação no dia  
84dezoito de outubro de dois mil e onze, às quatorze horas. **ITEM 05 – COTAS PARA DEFICIENTES**  
85- – **Indicação dos membros, instalação do GT e definição de calendário:** O senhor Paulo Roberto  
86dos Santos Pinto explicou que este assunto era semelhante ao anterior e que estavam aguardando a  
87indicação dos representantes e a definição da data de instalação. Foi definido o dia vinte e cinco de  
88outubro, às quatorze horas, para instalação do Grupo de Trabalho sobre Cotas para Deficientes. **ITEM**  
89**06 – AFERIÇÃO DAS CENTRAIS** – O senhor Renato Rodrigues sugeriu que o referido item fosse  
90tratado no âmbito da Câmara Bipartite Trabalhadores/Governo. A sugestão foi acolhida e o item  
91incluído na pauta da próxima reunião da Câmara Bipartite, a saber, dia trinta e um de outubro de dois  
92mil e onze. **ITEM 07 – ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO NA**  
93**SOLUÇÃO DE CONFLITOS:** A senhora Zilmara David de Alencar informou que o objetivo do  
94ponto de pauta era o estabelecimento, pelo Conselho de Relações do Trabalho, de procedimentos  
95visando a solução de conflitos em mesas de negociação. O senhor Pedro Armengol de Souza observou  
96que a bancada dos trabalhadores fizera algumas discussões referentes à precarização do Ministério do  
97Trabalho e Emprego no cumprimento do seu papel institucional. Sugeriu que o tema fosse debatido, no  
98âmbito do Conselho de Relações de Trabalho, na forma de uma oficina ou de um seminário. O senhor  
99Paulo Roberto dos Santos Pinto explicou que o Ministério do Trabalho vivia um momento de falta de  
100pessoal, uma vez que o último concurso realizado visava especificamente à substituição dos  
101funcionários terceirizados. Relatou, também, questões salariais, que acabaram culminando em uma  
102greve, como também uma Portaria do Ministério do Planejamento, que impedia o Ministério do  
103Trabalho e Emprego em preencher as vacâncias. Com relação aos Auditores Fiscais do Trabalho,  
104informou fora feito um pedido de realização de concurso com seiscentas vagas para auditores, contudo,  
105apenas foram autorizadas duzentas e trinta e quatro. O senhor Manoel Messias Nascimento Melo  
106comentou que as centrais sindicais vinham se pronunciando em diversos fóruns e espaços de discussão,  
107inclusive, junto à Presidência da República, quanto à necessidade de contratação de auditores fiscais. O  
108senhor Antônio Fernandes dos Santos Neto sugeriu que o Conselho de Relações do Trabalho remetesse  
109posicionamento à Presidência da República e ao Ministério do Planejamento, solicitando que fosse  
110solucionada principalmente a questão de recursos humanos, no que se refere ao Ministério do Trabalho

111e Emprego. O senhor Renato Rodrigues disse que a bancada dos empregadores estava de acordo com a  
112proposta de ampliar a discussão sobre a atuação do Ministério do Trabalho e Emprego e acrescentou  
113que os empregadores, por vezes, ressentiam da ausência de discussões tripartites e que alguns assuntos  
114chegavam posteriormente já como “fato consumado”. O senhor Pedro Armengol de Souza disse que  
115era importante que fosse apresentada ao Conselho de Relações do Trabalho a estrutura do Ministério do  
116Trabalho e Emprego, bem como que fosse marcada uma pauta específica para fazer um debate sobre o  
117papel institucional do mesmo. O senhor Renato Rodrigues observou que o assunto não estava no  
118âmbito do Conselho, devido a sua complexidade, sugerindo que fossem criados Grupos de Trabalho  
119específicos para discutir e apontar a solução dos problemas. O senhor Paulo Roberto dos Santos Pinto  
120sugeriu uma oficina para discutir o assunto, onde se levantariam os temas objeto dos grupos de  
121trabalho. A proposta foi aceita e a senhora Zilmara David de Alencar informou que a bancada do  
122governo iria fazer uma proposta de data e encaminhar para todos os membros do Conselho de Relações  
123do Trabalho. **ITEM 07 – DISCUSSÃO DE ANTEPROJETO SOBRE ATOS ANTISSINDICAIS –**  
124O senhor Manoel Messias Nascimento Melo sugeriu que o referido item fosse apreciado na reunião da  
125Câmara Bipartite, a ser realizada no próximo dia trinta e um de outubro. E, posteriormente, após os  
126debates na Bipartite, seria encaminhado por e-mail a Câmara Bipartite Empregadores para  
127posteriormente ser apreciado pelo Conselho de Relações do Trabalho. A proposta foi aceita pela  
128bancada dos empregadores. **ITEM 09 – FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO –** O senhor Paulo  
129Roberto dos Santos Pinto informou que se tratava de um pedido feito pela bancada dos empregadores  
130de apresentação de um panorama geral da atuação da fiscalização e diálogo sobre a Portaria MTE  
13140/2011 e Instrução Normativa 89. O senhor Adauto de Oliveira Duarte disse que uma Lei, de mil  
132novecentos e setenta e sete, alterara a CLT no sentido de permitir que o auditor fiscal fizesse relatório  
133de embargo ou interdição, o qual seria homologado pelo Superintendente. E que, por meio de uma  
134norma administrativa, o auditor fiscal passara ele mesmo a proceder ao embargo e interdição. Contudo,  
135o Tribunal Superior do Trabalho manifestara-se contrariamente a esse ato, uma vez que a lei não fora  
136alterada. Por esse motivo, a solicitação da bancada dos empregadores era de que os autos de embargo  
137ou interdição continuassem sendo homologados apenas pelos Superintendentes. A senhora Vera Lúcia  
138Ribeiro Albuquerque, Secretária de Inspeção do Trabalho, declarou que as informações estavam  
139equivocadas, pois a Portaria de número quarenta, do Ministério do Trabalho e Emprego permitia a  
140delegação de competências por parte dos Superintendentes e que vinte e seis dos vinte e sete  
141Superintendentes já haviam feito essa delegação de competência aos auditores fiscais. Esclareceu,  
142ainda, que o Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, ao saber da possibilidade de delegação de  
143competências, através da já mencionada Portaria, revogara o seu posicionamento, sugerindo, inclusive,

144que fosse alterado o regulamento de inspeção do trabalho, visando orientar a todos os juízes. O senhor  
145Adauto de Oliveira Duarte reiterou o seu posicionamento, considerando a importância dos atos de  
146embargo e interdição, os quais, a seu ver, afetavam diretamente a atividade econômica. O senhor Paulo  
147Roberto dos Santos Pinto sugeriu que fosse feita consulta ao jurídico do Ministério do Trabalho sobre o  
148assunto e discutido previamente na Câmara Bipartite Empregadores/Governo. O senhor Adauto de  
149Oliveira Duarte solicitou que fossem apresentadas à Câmara Bipartite as estatísticas sobre notificação,  
150que não estavam disponíveis no *site* do Ministério do Trabalho e Emprego. O senhor Cristiano Barreto  
151Zaranza solicitou também que o Ministério apresentasse dados sobre a atuação dos auditores no que  
152concerne ao recolhimento da Contribuição Sindical. A senhora Vera Lúcia Ribeiro Albuquerque disse  
153que notificação não representava um resultado, mas uma orientação à empresa sobre o que deveria ser  
154regularizado. Portanto, não havia estatísticas a esse respeito. O item fiscalização do trabalho será objeto  
155de discussão na Câmara Bipartite Empregadores que remeterá a Câmara Bipartite Trabalhadores  
156resultado das discussões para posterior tratativa junto ao Conselho de Relações do Trabalho. O senhor  
157Adauto de Oliveira Duarte fez a proposta de que a partir de primeiro de janeiro de dois mil e doze os  
158dados de notificação passassem a ser contabilizados, visando obter resultado estatístico, o qual seria  
159importante para a Bancada dos Empregadores ao longo da história. **ITEM 10 – HOMOLOGNET:** A  
160senhora Sylvia Lorena Teixeira de Souza informou que a solicitação era para que o Ministério do  
161Trabalho e Emprego apresentasse aos membros do Conselho de Relações do Trabalho o sistema  
162HOMOLOGNET, em sua próxima reunião com ênfase na fundamentação dos cálculos. A proposta foi  
163acatada pela bancada de governo. **ITEM 11 – PONTO ELETRÔNICO** – O senhor Renato Rodrigues  
164solicitou que o assunto fosse retirado de pauta, pois estava sendo tratado no âmbito da Casa Civil. O  
165senhor Francisco Canindé Pegado solicitou comunicação oficial do Ministério do Trabalho sobre o fato  
166de a questão do ponto eletrônico estar sendo discutida no âmbito da Casa Civil. O senhor Manoel  
167Messias Nascimento Melo informou que houvera, na semana anterior, uma reunião na Casa Civil, a  
168qual reunira grupo técnico, centrais e confederações, com base em ofício encaminhado pelas  
169confederações patronais, contudo, não houvera ainda posicionamento do governo com relação ao pleito  
170da bancada patronal. O senhor Antônio Fernandes dos Santos Neto registrou que a CGTB não fora  
171convocada para a reunião realizada na Casa Civil. A senhora Vera Lúcia Ribeiro Albuquerque disse  
172que o assunto fora encaminhado à Casa Civil a pedido dos empregadores e que o Ministro do Trabalho  
173e Emprego manifestara favorável à Portaria. O senhor Paulo Roberto dos Santos Pinto complementou  
174dizendo que até o momento, a expectativa do Ministério do Trabalho e Emprego era de que a Portaria  
175entrasse em vigor no dia primeiro de outubro de dois mil e onze. O senhor Pascoal Carneiro observou  
176que não havia mais o que se discutir, visto que o assunto estava sendo tratado no âmbito da Casa Civil,

177protestando, por considerar que era um desrespeito ao Conselho de Relações do Trabalho. O senhor  
178Renato Rodrigues informou que a solicitação de inclusão desse ponto na pauta da reunião do CRT fora  
179efetuada durante a vigência da portaria, não aceitando o protesto por parte da Bancada dos  
180Trabalhadores. O senhor Hamilton Dias de Moura registrou o posicionamento da Bancada dos  
181Trabalhadores, favorável à entrada em vigor da Portaria em primeiro de outubro do corrente ano. O  
182senhor Paulo Roberto dos Santos Pinto disse que iria dar ciência ao Ministro do Trabalho e Emprego  
183sobre o que havia sido discutido durante a reunião. **ITEM 12 – PARTICIPAÇÃO DAS CENTRAIS**  
184**SINDICAIS E CONFEDERAÇÕES DOS EMPREGADORES EM CONSELHOS, FÓRUMS E**  
185**DEMAIS ÓRGÃOS COLEGIADOS:** A senhora Zilmara David de Alencar informou que, em  
186obediência à Lei de número onze mil seiscentos e quarenta e oito, as indicações de trabalhadores  
187deveriam ser feitas pelas centrais sindicais. Disse que o assunto já fora tratado em reunião anterior e  
188que houvera um posicionamento divergente por parte das próprias centrais sindicais. O senhor Manoel  
189Messias Nascimento Melo disse que algumas centrais apresentavam dúvida sobre os critérios de  
190indicação, principalmente no que se refere à questão da proporcionalidade, solicitando que fosse  
191devidamente esclarecido. A senhora Zilmara David de Alencar sugeriu, então, que o assunto fosse  
192tratado no âmbito da Câmara Bipartite, o que foi prontamente aceito pela bancada dos trabalhadores.  
193**ITEM 13 – REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO E REMUNERAÇÃO DO SERVIÇO**  
194**EXTRAORDINÁRIO:** O senhor Paulo Roberto dos Santos Pinto informou tratar-se de a manifestação  
195dos presidentes das Federações das Câmaras de Dirigentes Lojistas contrários à Emenda Constitucional  
196nº 231, de 1995, discutida no 7º Encontro realizado em Salvador, sob o argumento de que poderá afetar  
197principalmente as micro e pequenas empresas e causar demissões e repasses ao consumidor. O senhor  
198Eudes da Silva Carneiro explicou que o documento fora encaminhado inicialmente à Presidência da  
199República que, por sua vez, encaminhara ao Ministério do Trabalho e Emprego. Considerando os  
200assuntos abordados no processo, que não se referiam tão somente à redução da jornada de trabalho, o  
201Ministério encaminhara ao Conselho de Relações do Trabalho, para se posicionar sobre a apreciação ou  
202não do processo. O senhor Renato Rodrigues disse que os empregadores não estavam aptos para  
203discutir, pois desconheciam a inclusão desse tema na pauta do CRT. O senhor Pascoal Carneiro  
204observou que não havia porque discutir o assunto no âmbito do Conselho, uma vez que se tratava de  
205uma Proposta de Emenda Constitucional, a qual deveria ser tratada especificamente no Congresso  
206Nacional. O senhor Francisco Canindé Pegado do Nascimento observou que o CRT deveria se  
207posicionar no sentido de dar resposta ao pleito efetuado pela Casa Civil. O senhor Paulo Roberto dos  
208Santos Pinto solicitou que o processo fosse encaminhado aos membros do Conselho, para que todos  
209pudessem se posicionar sobre a apreciação, ou não apreciação, do mesmo. **ITEM 14 –**

210**TERCEIRIZAÇÃO:** Retirado de Pauta, considerando a ausência do principal expositor, representante  
211da Confederação Nacional de Serviços. **15 – OUTROS ASSUNTOS:** O senhor Manoel Messias do  
212Nascimento Melo disse que a Bancada dos Trabalhadores solicitara posicionamento do Conselho de  
213Relações de Trabalho sobre o tema trabalho decente no processo de gestão/convênio para as obras da  
214Copa do Mundo e Olimpíadas, através de documento encaminhado à Secretaria de Relações do  
215Trabalho. O senhor Eudes da Silva Carneiro informou que não recebera essa documentação. O senhor  
216Manoel Messias Nascimento Melo comprometeu-se a reencaminhar, solicitando que o assunto fosse  
217devidamente pautado na próxima reunião do Conselho. Solicitou, ainda, que o tema regulamentação da  
218Convenção 151 fosse pautado para a próxima reunião da Câmara Bipartite de Servidores.  
219**ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar e esgotada a pauta, a reunião foi encerrada.

**MTE**

Fábio Borges de Abreu, GM

\_\_\_\_\_  
—

Paulo Eduardo Cabral Furtado, GM

\_\_\_\_\_  
—

Zilmara David de Alencar, SRT

\_\_\_\_\_  
—

André Luiz Grandizoli, SRT

\_\_\_\_\_  
—

Eudes da Silva Carneiro, SRT

\_\_\_\_\_  
—

Paulo Roberto dos Santos Pinto, SE

\_\_\_\_\_  
—

Luiz Eduardo Lemos da Conceição, SE

\_\_\_\_\_  
—

Roberto Marinho Alves da Silva, SENAES

\_\_\_\_\_  
—

Vera Lúcia Ribeiro de Albuquerque, SIT

\_\_\_\_\_  
—

Rodolfo Péres Torelly, SPPE

\_\_\_\_\_  
—

**Confederações Patronais**



Adriana Giuntini, CNT	_____	-
Lucimar Coutinho, CNT	_____	-
Cristiano Barreto Zaranza, CNA	_____	-
Adauto de Oliveira Duarte, CNI	_____	-
Alexandre Venzon Zanetti, CNS	_____	-
Magnus Ribas Apostólico, CONSIF	_____	-
Plínio Gustavo Sarti, CNTur	_____	-
Renato de Oliveira Rodrigues, CNC	_____	-
Sylvia Lorena Teixeira de Sousa, CNI	_____	-
Pablo Rolim Carneiro, CNI	_____	-
Reinaldo Felisberto Damacena, CNCOOP	_____	-
<b><u>Centrais Sindicais</u></b>		
Antônio Fernandes dos Santos Neto, CGTB	_____	-
Clemente Ganz Lucio, CUT	_____	-
Manoel Messias Nascimento Neto, CUT	_____	-
Pedro Armengol de Souza, CUT	_____	-
Danilo Pereira da Silva, FS	_____	-
Pascoal Carneiro, CTB	_____	-

Joilson Antônio Cardoso do Nascimento, CTB

---

-

Francisco Canindé Pegado do Nascimento, UGT

---

-

Wilson Pereira, NCST

---

-

Hamilton Dias de Moura, NCST

---

-

220